

Informe econômico

Publicação do Curso de Ciências Econômicas/UFPI
Ano 9 / Nº 17
Novembro/Dezembro/2004
Janeiro/2005

Editorial

Conseguir ler os tempos passados e os caminhos percorridos com os olhos abertos para as transformações que aconteceram significa entender que a impetuosidade do movimento do mundo e das civilizações não espera e nem respeita qualquer um ou qualquer coisa. O jargão "não há outra opção" ganha novo conceito para os que sabem do que é capaz a natureza humana quando em suas entranhas parece ser parte a defesa dos interesses do capital em lugar da defesa dos interesses humanos. Ou traçamos os caminhos do mundo ou nos entregamos à acomodação fácil e estéril. Infelizmente, constatamos a atualidade da percepção de Martin Luther King sobre o seu tempo: "Nossa geração não lamenta tanto os crimes dos perversos quanto o estarrecedor silêncio dos bondosos".

Entretanto, persistimos em acreditar na capacidade criadora e transformadora da humanidade e buscando assumir nosso fazer histórico, é que colocamos para os estimados leitores mais um número da nossa publicação. Iniciamos essa edição com uma síntese da entrevista concedida pelo prof. Francisco de Oliveira, que de maneira assaz gentil aceitou nosso convite para um bate-papo informal, quando esteve em nossa capital para proferir a conferência de abertura do XIX Congresso da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia – ANGE, realizado nos dias 13, 14 e 15 de outubro de 2004. Foi uma conversa que segundo o professor da PUC-Campinas, Lineu Maffezoli, "a mais descontraída possível sobre um tema que não consegue nos descontrair – procurar compreender os rumos da economia e da sociedade brasileira".

Em seguida, percorreremos os dias que trouxeram especial alegria para os professores, estudantes e servidores do Curso de Economia da Universidade Federal do Piauí, porque foi visível o interesse e a participação de professores(as) e alunos(as), oriundos(as) de todas as regiões brasileiras, no XIX Congresso da ANGE que teve como tema central "As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Economia". O Documento Final, resultado de amplo debate, reafirma a preocupação da ANGE com a formação de economistas capazes de "compreender o mundo real para nele atuar de forma criativa".

É preciso enfatizar a importância fundamental dos patrocinadores e agradecer-lhes pela confiança depositada em nosso trabalho. Visando a transparência

demonstrada durante todo o processo de organização do evento e na utilização dos recursos é que publicamos a prestação de contas.

O Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN) foi presença marcante no Congresso e registra as suas impressões e ações, assim como Reinaldo Carcanholo, professor de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo.

Atendendo solicitação de inúmeros congressistas, publicamos a Carta de Teresina, resultado do XII Encontro de Estudantes de Economia ocorrido em julho de 1985 em Teresina. O documento revela o espírito de vanguarda de nossos estudantes. Este número apresenta ainda ações desenvolvidas pelos Cursos de Economia das Universidades Federais do Espírito Santo e do Piauí, no tocante ao Ensino e Extensão. Mais uma entrevista nos enriquece: Maria Elizabeth Duarte Silvestre, professora de Economia da UFPI, fala sobre a água, tema que exige a nossa atenção.

Concluimos esta edição com a Sessão de Leitura sobre as idéias de Celso Furtado. Nossa homenagem àquele que sempre acreditou na possibilidade de construção de um sonho chamado Brasil. Que o exemplo de sua vida e o conjunto de sua obra continuem a nos inspirar a fazer o mesmo.

Boa Leitura!

índice

- 3** **Conversando sobre o Brasil**
Com Francisco de Oliveira
- 6** **XIX Congresso da ANGE**
- 15** **Tropen presente no Congresso da ANGE**
- 17** **Carta aos amigos de Teresina**
Por Reinaldo A. Carcanholo
- 19** **Carta de Teresina**
- 22** **Cursos de Economia mostram produção: UFPI e UFES**
- 26** **Nova lei de recursos hídricos abre espaço para o comércio de água bruta**
- 31** **Sessão de leitura sobre as idéias de Celso Furtado**

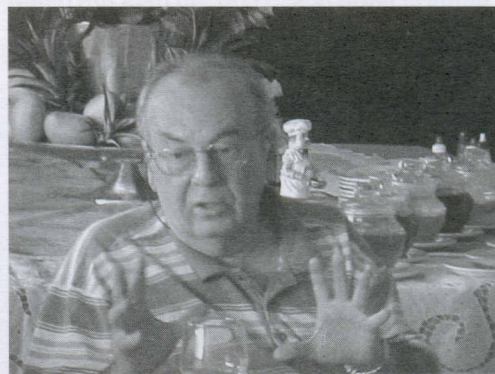
"Espero que o PT não repita o que aconteceu com o Partido Socialista francês, que renunciou completamente à sua filosofia e se acomodou. Não se faz política sem ideologia."

Celso Furtado

Conversando sobre o Brasil

texto organizado por Maria Elisabeth Duarte Silvestre¹

Por ocasião do XIX Congresso da ANGE aproveitamos a presença do professor Francisco de Oliveira para com ele manter uma conversa acerca dos problemas vivenciados por nosso País. Além de alguns professores do DECON estiveram presentes professores do DCS e colegas de outras universidades. Coordenado por Lineu Maffezolli, da PUC Campinas, o encontro foi filmado pelo O Núcleo de Documentação e Memória do Piauí, do Departamento de História - UFPI e encontra-se à disposição dos interessados no Banco de Dados do DECON. Eis algumas das idéias expressas por este grande pensador brasileiro no decorrer daquela conversa.²



professor
Francisco
de
Oliveira

Sobre a ciência econômica

A economia como ciência está obrigada a voltar sobre seus passos para redimensionar o objeto de sua investigação... Hoje, mesmo a ciência econômica crítica, ainda não tem uma formulação a respeito da acumulação à dominância financeira.

Acerca do projeto apresentado à

Nação pela coligação comandada pelo Partido dos Trabalhadores nas eleições de 2002

O programa que o PT lançou para disputar a Presidência da República revela pouca noção da complexidade da economia e dos constrangimentos a que estaria sujeito no governo. O Programa tratava os problemas da sociedade e da economia como problemas de administração e vontade política. Esta visão está presente, sobretudo, ao se analisar o período Fernando Henrique, quando haveria, de um lado, incompetência na administração da economia e, de outro, uma espécie de conspiração para naufragar o País. O PT em toda a sua história trabalhou esquemas bastante simplificados da realidade. Porém, trata-se de compreender a dinâmica de um País há muito inteiramente capitalista, quer dizer, a dinâmica da produção e reprodução do capital. Essa simplificação é surpreendente já que o partido possuía, e possui, entre seus quadros, gente das mais capazes em praticamente todas as áreas do conhecimento, inclusive na economia. No governo, o PT está pagando um preço alto por essa falta de compreensão da complexidade economia e da sociedade. A incompreensão leva, necessariamente, a uma posição conservadora. Quando você não conhece o "bicho" com que está tratando recua diante dele e adota soluções já provadas. Um exemplo que evidencia a



Prof. Ferdinand, prof.^a. Socorro Lira, prof. Agamenon Tavares - UFC, prof.^a. Maria do Socorro Gondin Teixeira - UFRN, prof. Reinaldo Carcanholo - UFES, prof. José Rubens Garlipp - UFU



professora
Maria
do
Socorro
Lira
Monteiro

falta de entendimento da dinâmica da economia contemporânea é a promessa de criar dez milhões de empregos em quatro anos já que o desenvolvimento além de economizar empregos muda radicalmente o estatuto da força de trabalho.

A influência dos intelectuais nos partidos de esquerda

O PT sempre usou intelectual como ornamento, como era tradição da esquerda brasileira e, em certos casos, mundial. Tradicionalmente os partidos de esquerda não usam o instrumental dos intelectuais. O intelectual é igual à cereja em cima do pudim. Chama-se um Antônio Cândido para o governo paralelo, do qual eu também fiz parte. Mas, qual é o peso real de Antônio Cândido na formulação da política de cultura do PT? Nenhum. Na hora da política da cultura chamou-se um *pop star*. Com o maior respeito, Gil é um dos grandes da moderna música brasileira, mas sua concepção de cultura é um tanto limitada. Durante todos esses anos formou-se certa ilusão de que o Programa do PT era muito influenciado por alguns de seus quadros, mas não é não.

Sobre alianças, modificações na economia e no quadro político brasileiro.

Em primeiro lugar é preciso separar o apoio para as eleições do apoio para governar. O PT não precisava do PL nem de nenhuma outra formação para ganhar as

eleições. As alianças eleitorais, muito criticadas desde o princípio, não tiveram o menor peso no fato de o PT ter ganhado as eleições. Podia passar sem elas, desde que conquistasse os eleitores.

Minha tese é que nos últimos anos houve um momento de ruptura real do quadro político partidário brasileiro. Esse momento se deu devido à turbulência dos últimos oito anos, período em que se calcula que aproximadamente de 15 a 20% do PIB brasileiro foi privatizado. Isso é um terremoto! As modificações na economia romperam as relações de significação política, classe, representação, partido. Em poucos cantos do mundo um presidente deu tantos novos poderes à burguesia quanto Fernando Henrique no Brasil. No entanto ele não conseguiu eleger Serra. Por quê? Essa transferência não se traduziu em hegemonia porque o sistema partidário já não diz nada a respeito das forças produtivas, do comando de ações... Mas, na concepção simplificadora, neste período, à vontade e o entreguismo de Fernando Henrique derrotaram o Estado Brasileiro. Ao chegar ao governo sem ter entendido que a chamada correlação de forças na sociedade tinha mudado o PT se acantona numa posição conservadora...

Sobre a inserção do Brasil na economia globalizada...

Há uma incompreensão da inserção do Brasil na economia globalizada. A taxa de lucro de uma economia periférica é hoje



Prof.
Lineu
Maffezoli
- PUC
Campinas



Prof. Carlos A. C. Buenos Ayres - UFPI, prof. Lineu Maffezoli, prof. Francisco de Oliveira, prof. Rubens Sawaia e prof. Samuel Costa Filho

determinada pela taxa de lucro americana. Isto significa que não adianta mais fazer a fórmula do valor na economia brasileira? Não, desde que você introduza a taxa de lucro do capital dominante. Esse complicador extraordinário o PT não percebeu a não ser na sua fórmula conservadora, que é a utilizada pela turma do Banco Central e do Ministério da Fazenda.

Sobre negociação

Esta é a palavra mágica do PT. Mas ele pensa a negociação tal como ocorre entre patrão e empregado e a política não é exatamente isso. A negociação é um dos componentes da política, mas ela não se resume a isso. Também aqui há uma concepção extremamente simplificadora das relações sociais... É como se tudo pudesse ser negociado e, mesmo em um sistema passando por uma enorme crise, todos pudessem sair ganhando. Mas essa é uma concepção simplificadora que vem da experiência sindical... Eles não entenderam até agora o que ocorreu na fase que se chamou, infelizmente, de *Milagre Brasileiro*, período em que se formou a maioria das lideranças sindicais. Havia, naquele tempo, um conjunto de condições que um governo democrata não pode repetir: primeiro, uma forte repressão política; segundo, forte intervencionismo estatal; terceiro, grande liquidez internacional. Mas eles pensam que os ganhos da classe trabalhadora do período deveram-se exclusivamente à sua

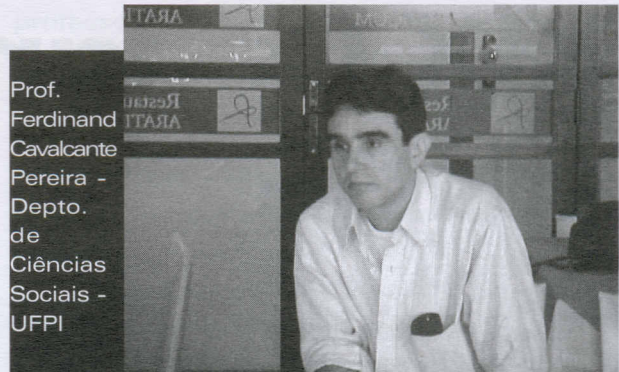
capacidade de organização. Foi preciso uma mobilização geral da sociedade; desta mobilização todos nós fomos atores. Quem não foi pra Vila Euclides apoiar à greve dos metalúrgicos, em 78, 79, 80? Mas eles pensam até hoje, que tudo se deveu à sua capacidade de organização. Aí não dá!

Perguntado se percebe possibilidades de uma ruptura radical, única saída para a esquerda, como teria sugerido François Chesnais em entrevista à Folha de São Paulo...

Não observo esta possibilidade em um horizonte próximo. Não estou falando de ruptura do capitalismo. Falo no sentido de que as modificações havidas nos últimos dez anos propiciaram um quadro de avanço político que era, precisamente, aprofundar a ruptura operada no sistema partidário e no sistema político. Ao aprofundá-lo haveria chance para que as novas forças se afirmassem. Disso trata um trabalho que terminei e que está para ser publicado. Quando da eleição de Lula o Brasil tinha um sistema político rompido com as estruturas de classe, de representação... Rompido devido ao porte da transferência de propriedade havida no período de Fernando Henrique...

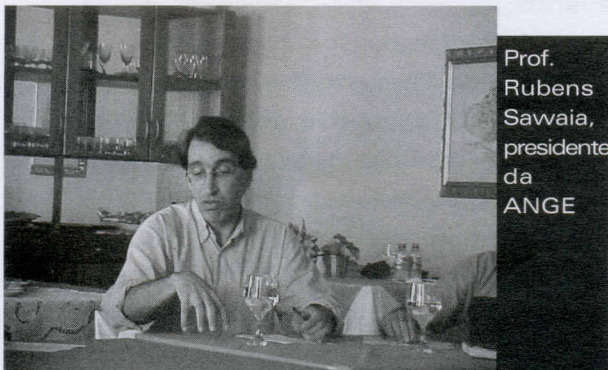
Feita uma alusão à crise de 1989 e o papel de Collor de Mello...

A ruptura de 2002 não é igual à de 89. A ruptura de 89 é, sobretudo, o



Prof.
Ferdinand
Cavalcante
Pereira -
Depto.
de
Ciências
Sociais -
UFPI

espasmo final do desenvolvimentismo. Você estava com 80% de inflação ao mês. Aquele é um momento salvacionista. Os dois que atravessaram o rubicão foram, exatamente, dois Messias: Collor, cuja palavra era messiânica e Lula, o Messias vindo do lado popular. Todos os outros, exatamente porque não eram messiânicos naufragaram totalmente. Vence Collor e ele faz a passagem. A passagem é feita em direção ao capitalismo globalizado. Você abandona o paradigma desenvolvimentista e aprofunda a crise. Qual foi a expressão maior do aprofundamento da crise? Foi exatamente a política econômica do Collor, o seqüestro dos ativos financeiros. Aquilo é a passagem para quê? Para que o sistema passasse ser regulado pela faixa do lucro internacional. Essa é a passagem. Collor abre um ciclo novo na história brasileira.



Prof.
Rubens
Sawaia,
presidente
da
ANGE

(Footnotes)

¹Professora de economia do DECON-UFPI. Mestre em Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente.

²Este texto não reproduz integral nem linearmente os temas abordados. Na adaptação da linguagem coloquial procurei manter a descontração presente por ocasião do encontro. Ao apresentar algumas das idéias ali colocadas pretende-se, sobretudo, instigar a consulta ao material disponível no Banco de Dados do DECON.

XIX Congresso da ANGE

A Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia - ANGE, fundada em 03-12-1985, reúne instituições de ensino e entidades acadêmicas, docentes e discentes. Um amplo processo de mobilização nacional sobre a reforma do currículo de Economia provocou o surgimento da entidade que, visando assegurar o debate da Ciência Econômica e acompanhar a maneira pela qual se desenvolvem os cursos de graduação em economia no país, promove anualmente um congresso no qual são apresentados e discutidos temas que buscam a melhoria da qualidade do ensino da economia.

O XVIII Congresso da ANGE realizado em 2003, aconteceu em Aracajú e foi organizado pelo Curso de Economia da Universidade Federal de Sergipe. Na ocasião, os Cursos de Economia das Universidades Federais do Piauí, Bahia e Alagoas apresentaram propostas de candidaturas para sediar o evento. A Assembléia Geral, instância deliberativa máxima da Entidade, composta pelos associados da ANGE, aprovou Teresina.

Promovido pela ANGE, Coordenação do Curso de Economia - UFPI, Conselho Regional de Economia-22ª Região - PI e o Centro Acadêmico de Economia - UFPI, a 19ª edição do evento recebeu patrocínio, que possibilitou a sua viabilização, do Conselho Federal de Economia, Governo do Estado do Piauí, Prefeitura Municipal de Teresina, Banco do Nordeste, Caixa Econômica Federal e SEBRAE-PI.

O apoio recebido da Coordenadoria de Comunicação Social, Secretaria Estadual da Assistência Social e Cidadania, Secretaria Estadual de Segurança, Empresa de

Turismo do Piauí (PIEMTUR), Fundação Cultural do Piauí (FUNDAC), Fundação Cultural Monsenhor Chaves, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Associação dos Docentes (ADUFPI), Fundação Wall Ferraz, Trapos e Fiapos e Medplan foi imprescindível para o desenvolvimento das atividades.

Reiteramos os nossos mais sinceros agradecimentos a todos que tornaram possível a realização do Congresso, esperando continuar contando com o apoio e a colaboração de cada um para darmos continuidade à melhoria da qualidade do ensino de economia em nosso Estado.

O Evento contou com uma Comissão Organizadora constituída pelo professor Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" - Coordenador Geral, economista Enoisa Veras, professora Maria do Socorro Lira Monteiro, professores Solimar Oliveira Lima, Antonio Carlos de Andrade, Samuel Costa Filho, José Lourenço Filho e Edson Castro Lima e os estudantes Rosemara do Socorro Sousa do Nascimento e Fernando Batista. Nosso agradecimento especial a todos (as) estudantes que participaram das comissões. A alegria, a disponibilidade e a responsabilidade de cada um deles (as) foram essenciais na realização do referido evento.

O Núcleo de Documentação e Memória do Piauí, do Departamento de História - UFPI, coordenado pelo professor Antonio Melo Filho, realizou a cobertura do evento registrando todos os seus momentos. Realizaram o trabalho os estudantes do Curso de História: Paulo Rogério Sousa Brito e Marcos Fernandes Lima. Num esforço conjunto com o

Departamento de Comunicação Social, do Centro de Ciências da Educação, estaremos disponibilizando o conteúdo do Congresso em VHS e DVD para todos os Cursos de Economia de instituições públicas e privadas. As instituições interessadas deverão entrar em contato com a Coordenação do Curso de Economia pelo telefone (86) 215-5789 ou pela internet, coordeco@ufpi.br.

O Congresso aconteceu no Centro de



Convenções de Teresina. Os participantes foram recepcionados durante todo o dia 13 de outubro. As inscrições realizadas somaram 320 e na relação a seguir, perceberemos que todas as regiões brasileiras estiveram presentes:

Pará - Belém-01 professor/
Universidade da Amazônia

Amazonas - Manaus - 01 professor/
Centro Integrado de Ensino Superior do Amazonas

Amapá - Macapá - 01 professor/
Centro de Ensino Superior do Amapá

Rondônia - Porto Velho - 01
professor/Universidade Federal de Rondônia

Piauí - Teresina - 185 alunos/UFPI -
14 professores/UFPI, 04 alunos mestrados do Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste - 05 professores/TROPEN, 06 economistas/CEPRO, 01 economista/SEPLAN, 02 economistas. Parnaíba - 21 alunos/UFPI - 02 professores/UFPI

Maranhão - São Luís - 15 alunos/
Universidade Federal do Maranhão - 04

professores/UFMA

Ceará - Fortaleza - 01 professor/
Universidade Federal do Ceará. Crato - 02
alunos/Universidade Regional do Cariri

Paraíba - Campina Grande - 14
alunos/Universidade Federal de Campina
Grande - 01 professor/UFMG

Pernambuco - Recife - 01 professor/
Universidade Católica de Pernambuco.
Caruaru - 02 alunos/Faculdade do Vale do
Ipojuca - 01 professora/FAVIP

Alagoas - Maceió - 02 alunos/
Universidade Federal de Alagoas

Rio Grande do Norte - Natal - 01
professora/Universidade Federal do Rio
Grande do Norte

Bahia - Salvador - 01 economista/
Conselho Regional de Economia
(CORECON). Ilhéus - 01 professora/
Universidade Estadual de Santa Cruz.
Vitória da Conquista - 02 professores/
Universidade Estadual do Sudoeste da
Bahia

Sergipe - Aracaju - 01 economista/
COFECON, 01 professor/Universidade
Federal de Sergipe.

Goiás - Goiânia - 02 alunos/PUC-GO -
02 professores/PUC-GO

Minas Gerais - Uberlândia - 01
professor/Universidade Federal de
Uberlândia

São Paulo - São Paulo - 01 aluno/
Fundação Armando Álvares Penteado - 02
professor/FAAP, 01 professor/Universidade
Ibirapuera, 01 professor/Faculdades
Integradas Campos Salles, 01 professor/
IBMEC-SP. Campinas - 03 professores/PUC-
Campinas. Santo André - 02 professores/
Fundação Santo André

Rio de Janeiro - Rio de Janeiro - 01
economista/CORECON, 01 professor/IBMEC

Espírito Santo - Vitória - 02
professores/Universidade Federal do
Espírito Santo

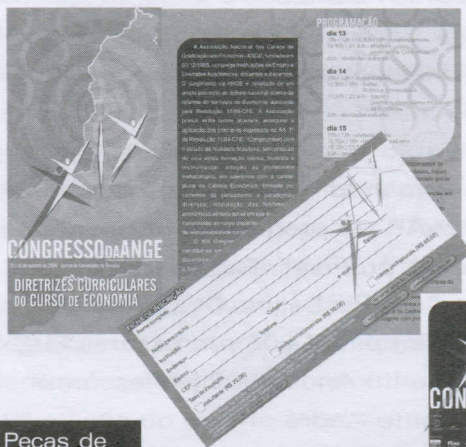
Paraná - Curitiba - 01 economista/
CORECON, 01 professor/Universidade
Federal do Paraná.

Santa Catarina - Joinville - 01

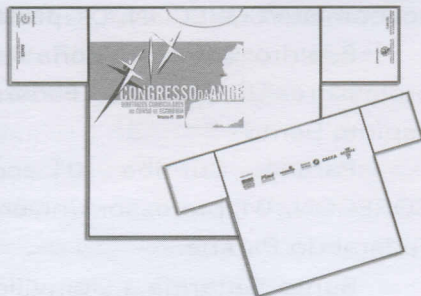
professor/Universidade da Região de Joinville

Rio Grande do Sul - Juí - 02 professores/Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul - 01 professora/Universidade de Caxias do Sul

As peças de divulgação foram criadas pela MHeN Comunicações e Marketing. Agradecemos à paciência e o profissionalismo de Neulza Bangoim, Lena de Oliveira e Tupy, que atenuaram os



Peças de divulgação do Congresso da ANGE: cartaz, crachá, folder, CD e camiseta



momentos de tensão, natural a todo processo de organização.

A jornalista Simone Castro reafirmou sua competência no cerimonial de

abertura. A mesa foi composta pelo professor Merlong Solano - Secretário Estadual do Planejamento que representou



Autoridades na solenidade de abertura do Congresso

o governador Wellington Dias, professor José Reis Pereira - Presidente da Fundação Monsenhor Chaves que representou o prefeito municipal Firmino Filho, professor Rubens Sawaia - Presidente da ANGE, professora Vera Lúcia Nogueira - Pró-Reitora de Ensino de Graduação que representou o Reitor da UFPI, professor Nilton Pedro da Silva - representante do COFECON, economista Lúcia Castro - Presidente do CORECON- 22ª Região - PI, professor Fonseca Neto - Diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras, professor Edson de Castro Lima - Chefe do Departamento de Ciências Econômicas, Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" - Coordenador do Curso de Economia e Coordenador Geral do Congresso e a aluna Rosemara do

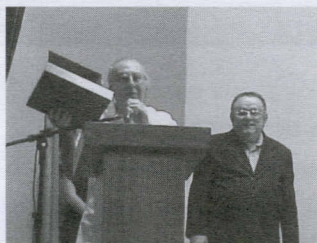


Socorro Sousa do Nascimento - Diretora do Centro Acadêmico de Economia - UFPI e Diretora Discente da ANGE.

Logo após a execução do Hino Nacional, o professor Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas" saúda os participantes e emociona os desprevenidos homenageados com um belíssimo trabalho, criação do artista plástico Tupy. Receberam a homenagem, "pelos relevantes serviços prestados ao ensino de Economia do País", os professores Francisco de Oliveira, Reinaldo Carcanholo, Armando Dias Mendes, Pedro Mansur (in memoriam) e Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas".



Comovido, o professor Lineu Maffezoli recebeu o justo reconhecimento dispensado a Pedro Mansur e a encaminhou para a sua família. Em novembro de 2004, prof. Puscas recebeu e-mail de Ana Maria Cavalcante, viúva de Mansur, agradecendo o tributo póstumo.



Prof. Chico agradece a justa homenagem.

Puscas foi igualmente surpreendido. Recebeu da aluna Rosemara o reconhecimento pela dedicação apaixonada pelo ensino da economia.

Segundo o artista plástico Tupy, "a gravura é uma homenagem às xilogravuras (gravuras em madeira), que ilustram os cordéis. Dialogando com esta tradição, transferi para o desenho tanto a simbologia do vaqueiro como a do sol, e transformei o ato de laçar em algo poético,



aonde o movimento transforma-se em algo palpável e no seu desenvolvimento em espiral confunde-se com os raios do sol. Neste momento o sol e seus raios, o vaqueiro e o ato de laçar e a paisagem estão ligados por uma única linha rítmica que anima todo este pequeno universo contido no espaço físico do papel".

Dando início às atividades de abertura do Congresso, o professor Rubens Sawaia - presidente da ANGE, reafirma os compromissos da entidade para com a defesa da qualidade do ensino de economia e a preocupação com a formação de economistas. O professor Francisco de Oliveira, na enriquecedora conferência de abertura, entre outras reflexões, discorreu sobre a importância da condução da ciência econômica para a vida humana. Diz que a formação humanista não é uma necessidade. É uma exigência dos nossos tempos em que "parece ser natural que os homens sejam competitivos ou que o superávit primário seja feito, custe o que custar".

Concluída a conferência, os participantes puderam conhecer o que vem sendo feito pelos músicos piauienses. No pátio externo do Centro de Convenções, dois grupos apresentaram os seus



trabalhos: Os Caiporas e Narguilê Hidromecânico.

Na manhã do dia 14 de outubro, a primeira mesa de comunicações, presidida pelo professor da Universidade Federal do Espírito Santo, Paulo Nakatani. Foram apresentados os seguintes trabalhos:

- A Dificil Tarefa de Avaliação Acadêmica – prof. Antonio Carlos Andrade.

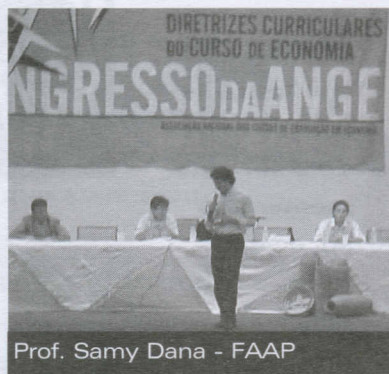
- Crise, Cooperação e Aprendizagem – professores Igor C. Carneiro Leão e Denise Maria Maia.

- Desempenho Avaliado X Qualidade Real – Marcel Raggi Costa e professores Samy Dana e Luiz Alberto Machado

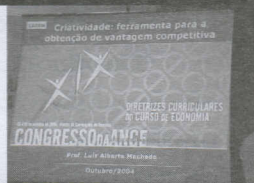
- Criatividade: Ferramenta para Obtenção de Vantagem Competitiva - prof. Luiz Alberto Machado.

À tarde, no Auditório da OAB, o primeiro painel discutiu “As novas Diretrizes Curriculares”.

Os palestrantes foram os professores Armando Dias Mendes e Rubens Sawaia e o economista Nilton Pedro. A mediação do debate foi feita pela professora Maria do Socorro Lira Monteiro.



Prof. Samy Dana - FAAP



No início da noite, foi oferecida aos congressistas uma merenda com diversos sucos de frutas da estação, carne de sol e outras guloseimas regionais.

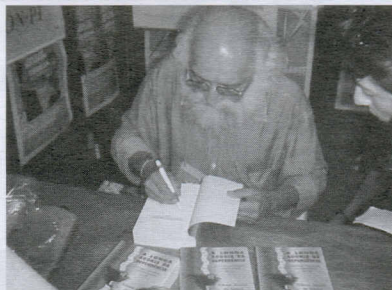
Inserimos na programação do congresso a apresentação de grupos que expressam a cultura local com o objetivo de contribuir para a valorização e divulgação da riqueza cultural piauiense.

O Balé Folclórico de Teresina, surgiu há oito anos de uma iniciativa da bailarina e coreógrafa Luzia Amélia, apoiada pela Prefeitura de Teresina, que vinham desenvolvendo na cidade um trabalho de arte-educação com crianças e adolescentes em diferentes bairros da cidade. O Balé de Teresina encontra na cultura popular rico campo para explorar técnica e artisticamente novas possibilidades coreográficas: lendas, costumes, folguedos e temáticas regionais queimam na pele dos bailarinos da companhia que assim, reinventa a própria história, criando a própria dança, através de um trabalho inovador, autêntico e vigoroso, buscando ampliar a perspectiva da dança produzida no Nordeste brasileiro.



A Fundação Monsenhor Chaves, na pessoa do professor José Reis Pereira, viabilizou a presença do balé no evento

O evento recebe a visita do governador do Estado do Piauí, Wellington Dias, que presenciou a apresentação do Balé Folclórico e o lançamento do livro "A Longa Agonia da Dependência" do professor Nilson Araújo.



No segundo painel do dia, sobre a Reforma Universitária, os palestrantes foram os professores Agamenon Tavares de Almeida e José

Rubens Damas Garllip. Samuel Costa Filho, professor do DECON-UFPI foi o mediador. O professor



José Menezes participou da mesa representando o ANDES.

A segunda mesa de comunicações, presidida pelo professor Lineu Maffezoli, ocorreu na manhã do dia 15. Os trabalhos apresentados foram os seguintes:

- Sugestões para ementas e programas para o curso de economia – Prof. Reinaldo Carcanholo

- Criatividade como procedimento didático nas disciplinas históricas do curso de Ciências Econômicas da Universidade de Caxias do Sul – professores Londonha Maria Portela Coimbra Soares.



Maria Gislaíne Cristina de Sousa Rech e Jaqueline Maria Cora.

- O Ensino de Economia - Uma Análise do Bloco Teórico Segundo a Visão do Corpo Discente - professor Luiz Alberto Machado e professora Paula Meyer Soares Passanezi.

À tarde, ocorreu à discussão e sistematização de propostas. À noite, após outra merenda oferecida pela organização do evento, a plenária discutiu a seguinte pauta:

- 1) Avaliação do XIX Congresso
- 2) Definição do local e data do próximo
- 3) Definição da anuidade para associados
- 4) Moções
- 5) Outros assuntos

Quanto à avaliação, foram destacados os seguintes pontos: elevado nível na apresentação dos painéis, comunicações de trabalhos e debates; excelente qualidade na organização do Congresso; acolhedora recepção por parte de todos os que integraram a equipe de organização; qualidade das peças de divulgação do evento, do material distribuído para os congressistas e da infra-estrutura onde ocorreram as atividades.

Três universidades colocaram suas candidaturas para receber o XX Congresso: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Universidade Federal de Campina Grande-PB e a Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Com uma maioria de 56 votos, numa plenária com aproximadamente 150 votantes, Goiânia foi

à cidade escolhida. Na foto, o professor Eduardo agradece e convida cada um para participar do contínuo processo de fortalecimento da ANGE.



Sobre a anuidade, será cobrado o valor de R\$ 10,00 (dez reais) para o estudante e R\$ 50,00 (cinquenta reais) para o professor.

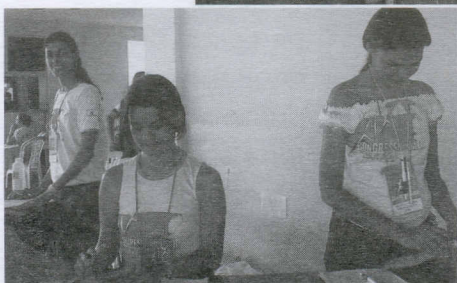
Foram aprovadas moções sobre os professores substitutos, defesa do PET, Reforma Universitária e o reconhecimento da Federação Nacional dos Estudantes de Economia – FENECO.

A comissão de organização do XIX Congresso da ANGE apoiou a FENECO, custeando as despesas de hospedagem da aluna da Universidade Federal do Paraná, Patrícia Bueno, diretora da referida entidade. Espera que a confiança depositada na citada Federação contribua para o seu fortalecimento.

Para concluir, uma reflexão feita pelo professor Lineu Maffezoli, coordenador dos trabalhos finais: “A luta da Associação sempre foi pela melhoria da qualidade do ensino de economia. Quem procura e quem participa da ANGE, que consegue se manter há 19 anos, são pessoas que estão verdadeiramente interessadas em um bom curso de economia e com a formação dos profissionais de economia”.



Estudantes do Curso de Economia da Universidade Federal do Piauí atuantes na realização do XIX Congresso da ANGE.



Documento Final do XIX Congresso da ANGE

Resoluções

Face ao parecer 054/2004 em análise no Conselho Nacional de Educação que trata das “Diretrizes Curriculares” para os cursos de Economia, bem como as discussões sobre “Carga Horária” para diversos cursos, inclusive Economia, os professores e alunos reunidos durante o XIX Congresso da Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia – ANGE, realizado em Teresina entre os dias 13 e 15 de outubro do corrente, e que teve como tema central “As Diretrizes Curriculares dos Cursos de Economia”, a partir de amplo debate em seus diversos painéis, resolvem:

1. Reiterar o compromisso da ANGE com a qualidade da formação do economista em âmbito nacional, garantindo-lhe: a) uma sólida formação teórica, histórica e instrumental comprometida com a realidade brasileira; b) a adoção do pluralismo metodológico, em coerência com o caráter plural da ciência econômica, formada por correntes de pensamento e paradigmas diversos empenhados em explicar a realidade concreta; c) a vinculação dos fenômenos econômicos ao todo social em que se

inserem; d) a transmissão ao estudante, ao longo do curso, do senso ético de responsabilidade social que deve nortear o exercício da profissão.

2.Reiterar a idéia de que, para garantir os princípios acima apontados, que têm por objetivo capacitar ao futuro economista a compreensão do mundo real e nele atuar de forma criativa, deve ter presente em seu currículo determinados conteúdos básicos fundamentais que constituem a ciência econômica como um campo do conhecimento constituído historicamente em torno de grandes paradigmas em permanente discussão - e que garantem a compreensão do mundo real - sem prejuízo à flexibilidade e liberdade que deve ser dada às Instituições para ajustarem-se às suas características regionais ou preferências teóricas.

3.Reiterar ainda, em consideração ao parecer 054/2004, a necessidade de que sejam definidos parâmetros quantitativos para os conteúdos de Formação Teórico-Quantitativa num mínimo de 30% da carga horária total, para os conteúdos de Formação Geral e de Formação Histórica num mínimo de 10% para cada um, perfazendo um total de 50% da carga horária total em conteúdos mínimos que formam o núcleo duro. Aponta-se ainda para a necessidade de que todos os conteúdos contemplados em cada uma das áreas de formação acima devam estar presentes nos projetos pedagógicos com cargas horárias definidas pelas instituições.

4.Destacar que a definição destes parâmetros mínimos garante ampla liberdade às instituições de ensino para utilizarem-se dos outros 50% como lhes convier, segundo suas necessidades regionais ou paradigmáticas.

5.Reafirmar que, face ao compromisso com a qualidade da formação, a existência de um trabalho de fim de curso na forma de Monografia, realizado em caráter

obrigatório a partir de parâmetros científicos e sob a orientação de um professor, funciona como uma garantia de que o aprendizado ao longo do curso possa ser, como o mundo profissional exige, aplicado a um tema específico, sintetizando o conhecimento adquirido na interpretação de fatos ou situações concretas, habilitando, dessa forma, o aluno a expor suas idéias de forma coerente e bem fundamentada utilizando-se das teorias, instrumentos quantitativos e demais conteúdos aprendidos. Com estas características, o trabalho de fim de curso deve ter sua carga horária incluída nos 30% reservados à formação Teórico-quantitativa.

6.Resolvem ainda que a definição da carga horária para os cursos de Economia em 3.200 horas vem ao encontro dos debates realizados ao longo dos anos nos Congressos da ANGE e pelas Comissões de Especialistas, apesar da atual discussão sobre Carga Horária não contemplar a definição da duração em anos para integralização. No mesmo sentido, a definição de 20% da carga horária total para atividades complementares também é positiva, uma vez que garante e incentiva outras atividades extracurriculares sem prejuízo da formação central, em que pese estas atividades requererem melhor definição.

Professores e estudantes reunidos em assembléia no XIX Congresso da ANGE sublinham que estas considerações a serem contempladas nas discussões em andamento no Conselho Nacional de Educação, resultado de amplos debates acadêmicos, são centrais à formação de economistas com competência analítica e crítica, necessárias para uma eficiente atuação profissional face às exigências impostas pela dinâmica realidade e em constante transformação no mundo contemporâneo.

Teresina, 15 de outubro de 2004.

Prestação de Contas

XIX CONGRESSO DA ANGE
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

EM 30.11.2004

		EM R\$
RECEITAS		
INSCRIÇÕES	8.230,00	
DOAÇÕES	38.810,00	
TOTAL		47.040,00
DESPESAS		
SERVIÇOS GRÁFICOS	9.568,00	
GRAVAÇÃO, SOM, PALCO	7.345,00	
PASSAGENS E LOCOMOÇÃO	4.362,60	
ALIMENTAÇÃO	3.569,90	
HOTÉIS, CONGRESSISTAS	3.217,22	
MAT. CONGRESSO	10.700,00	
VIGILÂNCIA E LIMPEZA	1.175,00	
MAT. EXPEDIENTE	630,51	
OUTRAS	1.252,00	
CPMF	141,66	
DESP. BANCÁRIAS	127,23	
TOTAL		42.089,12
SUPERÁVIT		4.950,88

DEMONSTRAÇÃO DE ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS

		EM R\$
ORIGENS		47.040,00
RECEITAS DEPÓSITO BANCÁRIO	44.380,00	
RECEITAS CAIXA	2.660,00	
TOTAL DAS DISPONIBILIDADES		47.040,00
APLICAÇÕES		42.089,12
DESPESAS PAGAS	42.089,12	
SALDO FINAL (30.11.2004)		4.950,88
BANCO C/ MOVIMENTO	2.967,29	
CAIXA	1.983,59	

Teresina(PI), 30 de novembro de 2004



Andréa de Oliveira Paiva
Andréa de Oliveira Paiva
Contadora - CRC/PI 4749
CPF 537.200.083-04

Tropen presente no Congresso da ANGE

Jaíra Maria Alcobaça Gomes, Janaína Martins Vasconcelos, José Natanael Fontenele de Carvalho¹

O XIX Congresso da ANGE – Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia, realizado no período de 13 a 15 de outubro/2004 em Teresina-PI, contou com a participação de diversos órgãos de destaque no cenário econômico, com a participação de personalidades e intelectuais de renome nacional e internacional. O evento também foi bastante prestigiado pelo corpo docente e discente da UFPI e de outras instituições de ensino das mais diversas localidades.

Registra-se a presença do Núcleo de Referência em Ciências Ambientais do Trópico Ecotonal do Nordeste (TROPEN), vinculado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade Federal do Piauí, através do Programa Regional de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA)/Curso de Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (MDMA) e do Programa em Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental (Programa DESA)/Projeto Cadeia Produtiva da Carnaúba: Diagnóstico e Cenários, ambos coordenados pela Profa. Jaíra Maria Alcobaça Gomes do Dep. de Economia/UFPI.

A equipe do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/TROPEN/UFPI) possui em seu quadro docente e discente, considerável número de economistas graduados pela UFPI. Atualmente, o MDMA conta com 15 economistas discentes que desenvolvem ou já concluíram pesquisas na área de

concentração do Trópico Ecotonal do Nordeste, distribuídas nas linhas de pesquisa: Biodiversidade e Utilização dos Recursos Naturais e Políticas de Desenvolvimento e Meio Ambiente.

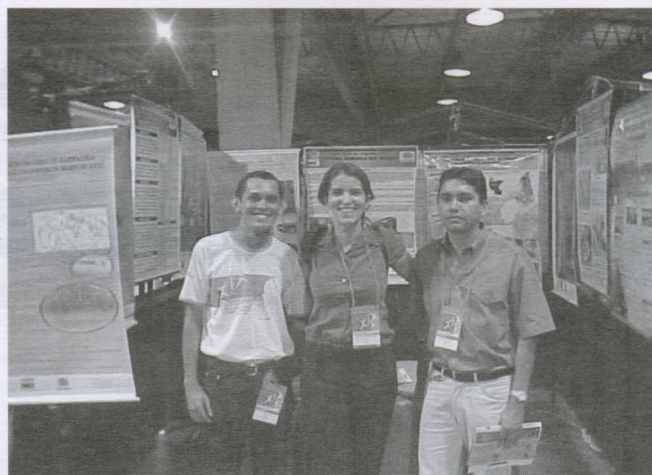
Merece destaque, a exposição de posteres promovida pelos mestrandos do curso, os quais puderam mostrar suas pesquisas para toda a comunidade participante, além de permutar conhecimentos com profissionais e alunos presentes. A participação dos mestrandos do TROPEN foi extremamente positiva no sentido de despertar o interesse pela pesquisa nos estudantes de graduação, divulgando o avanço da Pós-Graduação na UFPI, o que pôde ser comprovado pelo grande movimento observado no stand de exposição dos trabalhos.

Os pesquisadores do Projeto *Cadeia Produtiva da Carnaúba no Estado do Piauí: Diagnóstico e Cenários* apresentaram alguns resultados parciais da pesquisa que já tem 18 meses em andamento. A pesquisa é financiada pelo FNDCT/CT-VERDE-AMARELO e tem como objetivo geral analisar, modelar e avaliar a cadeia produtiva da carnaúba no Estado do Piauí, considerando seus aspectos político, social, econômico, tecnológico e ambiental. Cabe ressaltar que participam da equipe de pesquisadores três graduandos e duas graduadas em Economia/ UFPI, que recebem bolsas tipos iniciação tecnológica e industrial (ITI) e desenvolvimento tecnológico e industrial (DTI).

A carnaúba, que tem ocorrência predominantemente nos Estados do Piauí, Ceará e Rio Grande do Norte, despertou curiosidade de inúmeros congressistas. Fotografias, posters e vídeo foram utilizados para apresentação do projeto. Ressalta-se a exposição dos diversos tipos de cera de carnaúba (Tipo 1, Tipo 3 e Tipo 4), na forma escamada clarificada e em blocos, que contou com o apoio das Indústrias Brasil Ceras (Campo Maior), FONCEPI (Piripiri) e Machado S.A. (Teresina). E as aplicações da cera de carnaúba, puderam ser visualizadas nas ceras para polimento, batons, revestimento de comprimidos e chocolates, enfim, em uma série de produtos que fazem parte do nosso cotidiano.

O projeto conseguiu levar, ao conhecimento de todos, uma grande potencialidade do Estado do Piauí. A carnaúba tem grande importância socioeconômica, notadamente na geração de emprego e renda. O Congresso da ANGE criou um ambiente bastante favorável a esse tipo de temática, contribuindo para o conhecimento dessa atividade de fundamental importância para o Nordeste. Portanto, a participação de estudantes, professores e pesquisadores vindos dos mais distantes Estados da Federação propiciou a ampla troca de informações sobre o agronegócio nordestino.

Toda a comunidade acadêmica da UFPI, em especial os economistas, e o próprio Curso de Economia, está de parabéns pelo grande evento realizado que colaborou enormemente para ampliar os horizontes quanto ao ensino de economia e seu papel na sociedade.



Francilar, Juliana e João Soares – Stand do PRODEMA/TROPEN/UFPI



Deyanne, Gildênio e Sanny – Stand do Projeto Carnaúba

(Footnotes)

*Coordenadora do PRODEMA/TROPEN/UFPI e do Projeto Carnaúba, Economista e Mestranda do PRODEMA/UFPI, Graduando em Economia/UFPI e Bolsista do Projeto Carnaúba.

Carta aos amigos de Teresina

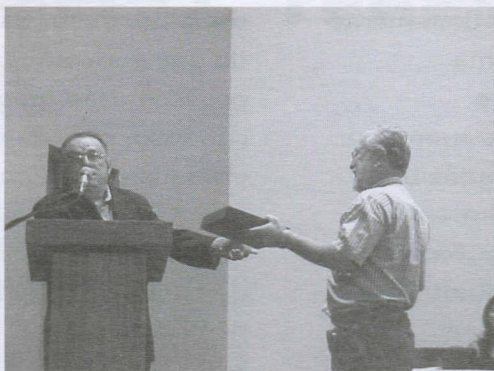
por Reinaldo A. Carcanholo

Participando do XIX Congresso da ANGE, constatei a excelente organização, além da primorosa atenção oferecida a todos nós que, de fora, fomos a Teresina. É a segunda vez que professores e alunos do Curso de Economia da UFPI

organizam congressos da ANGE. O anterior foi o de número dez, em 1995, época na qual eu presidia nossa Associação. Nas duas oportunidades a organização foi impecável. Parabéns a todos!

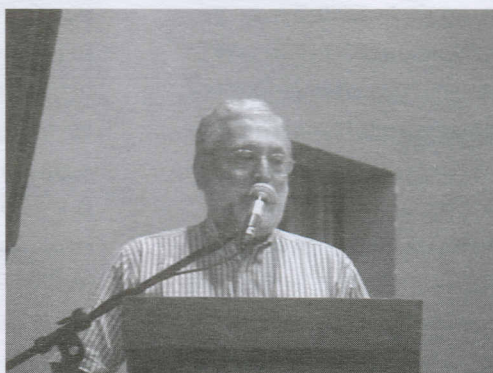
Neste congresso, fui surpreendido por uma homenagem que muito me tocou. Entre outros, fui agraciado com um belo trabalho: um quadro, inspirado na literatura de cordel ("pelos relevantes serviços prestados ao ensino de Economia do país"). Fiquei muito emocionado e, naquele instante, sem saber o que dizer, lembrei-me de Patativa do Assaré e de duas de suas poesias: "Cante lá, que eu canto cá" e "A morte de Nana", exemplos da beleza e da profundidade da cultura popular nordestina. Depois, fiquei triste por não ter conseguido expressar, naquele instante, o que estava sentindo. Hoje, penso que as palavras nem sempre são necessárias.

O evento foi excelente no seu conteúdo e terminou coroado com uma belíssima apresentação de uma dança regional. Caramba, mais uma emoção! Para



Professor Reinaldo Carcanholo no momento em que recebe a homenagem das mãos do professor "Puscas" no XIX Congresso da ANGE.

culminar, nada melhor que assistir a excelentes pares dançando forró, em uma cálida, mas agradável noite teresinense.



Lamentavelmente, não pude participar, como gostaria, da programação final no tocante às atividades culturais por causa de um compromisso

deveras importante em São Paulo, no sábado. Havia sido convidado para participar de uma reunião de economistas, convocada pelo MST, Via Campesina, Corecon (RJ) e Campanha Contra a Alca.

A reunião, presidida pelo economista João Pedro Stédile, um dos coordenadores nacionais do MST, discutiu a atual política econômica do governo e as alternativas existentes. Foi consenso que "nós, os economistas brasileiros, amigos dos movimentos populares dos mais variados tipos, devem pronunciar-se claramente sobre a grave situação atual e sobre a política econômica do atual governo. A população brasileira, enganada pela propaganda oficial e pela grande mídia

(jornais e TV), precisa saber a verdade. É necessário um novo manifesto público, firmado agora por um número superior de economistas àquele que assinou o anterior, que já tem pouco mais de um ano”.

As inúmeras intervenções foram dirigidas a especificar o sentido geral desse novo manifesto e das medidas emergenciais necessárias para uma mudança de rumos, no nosso país, medidas essas que deveriam aparecer no documento a ser divulgado. Constituiu-se uma comissão de redação preliminar e combinou-se que, pela Internet e num prazo muito curto, seriam finalizados os termos do documento.

Que conteúdo deveria ter o manifesto? O consenso foi em torno dos seguintes pontos, pelo menos:

1.A política econômica do governo Lula prejudica a população brasileira e favorece o capital rentista nacional e internacional.

2.Não se trata de uma política mal formulada ou errada. Trata-se de uma estratégia deliberada, coerente e bem estruturada, cujo objetivo é submeter a sociedade brasileira, ainda mais profundamente do que já se encontra, à lógica do mercado.

3.O resultado dessa política, ao contrário do que se afirma, não levará ao crescimento econômico, mas a uma maior fragilidade do país.

4.Mais importante de tudo: existe alternativa! Uma política alternativa, se corretamente formulada e gerida, não levaria ao caos. Ao contrário, poderia reduzir o desemprego, a miséria e a pobreza, além de reduzir a vulnerabilidade do país frente ao rentismo nacional e internacional.

5.A área econômica do atual governo responde inteiramente aos interesses do grande capital rentista, seguindo rigidamente as determinações das instituições internacionais como o FMI.

Não vou dar mais detalhes do manifesto, até porque, no momento em que

vocês estiverem lendo esta carta, o documento já deve ter sido divulgado.

É bem verdade que o governo tem direcionado mais recursos do que o anterior para os programas sociais. Mas, “tira com uma mão, o que dá com a outra”. O desemprego, a redução da renda real dos trabalhadores nos dois últimos anos, o crescimento da carga tributária que penaliza os mais pobres e os que vivem do trabalho, as mudanças na previdência, mais do que superam as concessões sociais do governo. Não precisamos de um governo caridoso, mas de um projeto de nação e uma estratégia que permitam alcançar a derrota da burguesia rentista. O social-liberalismo do governo atual é a cara disfarçada do velho e tradicional neoliberalismo.

Não sei se o novo manifesto dos economistas terá boa repercussão. O mais provável é que não, pois a grande imprensa, mais uma vez, calar-se-á. Entretanto, certamente os movimentos sociais deverão ouvir nossas vozes. E isso é o importante. Na minha opinião, só um grande movimento social, e de grande intensidade, próximo da insurreição (como foi o caso na Argentina em 2001 e na Bolívia em 2003), será capaz de mudar os rumos deste governo. Não é provável que isso ocorra, mas a história, como sabemos, sempre nos revela surpresas.

Lamentei não ter participado da programação final do Congresso, mas restou-me o consolo de ter sido testemunha de um esforço dos economistas sérios do nosso País em levantarem suas vozes contra a mentira.

Desculpem-me amigos de Teresina, na próxima oportunidade prometo não sair antes do forró terminar...

Vitória, 18 de novembro de 2004.

Carta de Teresina

OS ESTUDANTES DE ECONOMIA E O NOVO CURRÍCULO

(XII ENECO, TERESINA, 1985)

Os alunos de Economia reunidos em seu XII Encontro Nacional, após cinco dias de prolongados debates e conscientes de estarem dando passo significativo no sentido do reencontro de sua identidade de cientista social engajado com a realidade brasileira vêm propor uma orientação geral para o decisivo momento de transformação do nosso currículo, consubstanciada no documento que segue.

1. A REFORMA DOS CURSOS DE ECONOMIA NOVA ESTRUTURA

1.1. O NOVO CURRÍCULO MÍNIMO

A análise do novo currículo mínimo (Resolução nº 11/84 do MEC) demonstra claramente que a própria legislação propõe e exige profunda reformulação nos Cursos de Economia, tendo como pontos mais importantes:

1° - O Curso de Economia deverá ser, doravante, um TODO ARTICULADO, resultante do desdobramento de grandes núcleos de reflexão organizados sob princípios definidos na Resolução, e não mais o mero ajuntamento de disciplinas isoladas.

2° - O economista é definido enquanto um profissional de nível superior resultante de uma trajetória de aprendizado em economia, com a seguinte formulação síntese: uma sólida formação teórica, histórica e instrumental.

3° - Nessa trajetória de aprendizado, o núcleo teórico e o núcleo histórico

constituem a parte fundamental da formação, razão pela qual a Resolução 11/84 determina um tempo mínimo de dedicação aos mesmos.

4° - A formação teórica sofre uma profunda e essencial redefinição, exigindo-se, por coerência científica, uma formação de caráter pluralista, fundamentada, portanto, num polido estudo das grandes correntes do pensamento econômico: os paradigmas clássico, marxista e neoclássico.

5° - A trajetória do aprendizado tem dois princípios organizadores que devem embasar a definição do curso como um todo, de cada disciplina, de sua seqüência e articulação:

- a) um profundo comprometimento com o estudo da realidade brasileira;
- b) o retorno da Economia à sua condição de Ciência Social, privilegiando, assim, a inserção dos fenômenos econômicos no todo social.

1.2 O ENSINO TRADICIONAL DE ECONOMIA

Além das conhecidas e gritantes deficiências didáticas e administrativas, o ensino tradicional de economia apresenta, do ponto de vista metodológico, características inaceitáveis:

- a) total desarticulação do curso como um todo, resultante do mero ajuntamento de disciplinas isoladas, escolhidas sem critérios acadêmicos adequados, e até mesmo para atender a interesses localizados;

b) subordinação de toda a formação teórica ao enfoque de uma única corrente do pensamento, a neoclássica, desconsiderando completamente a riqueza científica das demais correntes;

c) frágil formação teórica, muitas vezes reduzida a dois manuais neoclássicos (micro e macro), o que compromete até mesmo uma avaliação correta da validade das contribuições teóricas ligadas a esse paradigma, e provocando, muitas vezes, a rejeição sistemática ao mesmo;

d) formação histórica que, além de reduzida, quase sempre não passa de um mero encadeamento de fatos, sem melhor formulação interpretativa e sem levar em conta o contexto social e a história

Em resumo, o ensino tradicional parece ter em mente a formação de profissionais que não passam de meros operadores de técnicas, despojados de qualquer visão crítica e de sensibilidade às questões sociais, além de desconhecerem a realidade brasileira e sua articulação com o capital internacional.

I .3. BASES PARA A NOVA PROPOSTA

I. 3. I. Linha Geral

Na organização do currículo pleno o curso deverá estruturar-se com base em duas grandes unidades, a fundamental e a complementar.

a) Unidade Fundamental

Constitui-se basicamente dos Núcleos Teóricos e Históricos, devendo ter caráter obrigatório, para todos os alunos e para todos os cursos de economia, de modo a garantir que todos os futuros portadores de diploma de economista no País tenham uma sólida formação básica comum, ou seja, a mesma identidade profissional.

Tendo em conta a necessidade lógica de profunda articulação dentro dessa Unidade, o conteúdo e a seqüência das disciplinas assumem caráter decisivo, relegando a discussão de seus nomes a mero passo formal, embora necessário.

Deve ser ressaltado ainda que

nenhuma disciplina dessa Unidade possa constituir-se em feudo particular de algum professor, razão pela qual a responsabilidade de ministrar essas disciplinas deve ser entregue a um coletivo de professores.

Obs: Em paralelo com a formação teórico-histórica deverá desenvolver-se necessária formação básica em ciências sociais e métodos quantitativos.

b) Liberdade Complementar

De caráter basicamente instrumental, constitui-se no espaço próprio para o atendimento das características regionais e locais, bem como das opções individuais dos alunos e das conveniências definidas pela coordenação do curso.

Essa Unidade deverá compor-se de:

- Um núcleo comum obrigatório, composto pelo Trabalho de Curso (pesquisa monográfica) e por uma formação técnica básica, especialmente em planejamento e projeto;

- O mais amplo leque de disciplinas optativas, inclusive as de outros departamentos, tendo em conta as características do corpo docente e as opções individuais dos alunos, objetivando complementar a preparação para o exercício da atividade profissional.

1.3.2. Especificação do Núcleo Teórico

A formação teórica deverá ser organizada sob a forma de duas grandes reflexões, a primeira de caráter paradigmático e a segunda de caráter temático.

Essa primeira será constituída de disciplinas onde serão estudados os fundamentos e o desenvolvimento dos três paradigmas:

- Uma disciplina sobre o pensamento clássico;
- Duas sobre o pensamento marxista;
- Duas sobre o pensamento neoclássico.

Todas essas disciplinas deverão, necessariamente, ser estruturadas a partir dos textos originais de seus principais

formuladores, ressaltando-se, mais uma vez, a inconveniência do uso da "pedagogia do manual". Além disso, são importantes que, após o estudo do paradigma clássico, sejam estudados, em paralelo, os paradigmas marxista e neoclássico. Após o estudo dos paradigmas, faz-se a reflexão como segue:

- Macroeconomia, definida enquanto espaço para o estudo das contribuições teóricas sobre o capitalismo como um todo, ressaltando ai os textos originais de Keynes, Kalecki e Schumpeter

- Microeconomia, para o estudo das contribuições que objetivam entender o movimento dos capitais enquanto agentes individuais, notadamente as teorias do oligopólio e os trabalhos na área de organização industrial.

- Economia Monetária, Internacional e do Setor Público, todas com caráter tanto teórico quanto institucional, com ênfase nas instituições brasileiras.

No conjunto das disciplinas dessa Unidade deverão ser examinadas contribuições teóricas vinculadas aos diversos paradigmas.

1.3.3. Especificação do Núcleo Histórico

O núcleo histórico deve ser organizado em duas grandes reflexões: a origem e o desenvolvimento do capitalismo, a origem e o desenvolvimento do capitalismo brasileiro, destinando-se o espaço de três disciplinas a cada reflexão, e ressaltando-se a necessidade da consistência teórica na análise.

Como síntese dessa Unidade, e também da linha teórica, deverá situar-se a análise da economia brasileira contemporânea, objeto maior do entendimento e intervenção dos economistas brasileiros.

2. PARTICIPAÇÃO

A formulação detalhada e a implementação de um projeto da transformação do ensino de economia no país, do porte do atual, só são viáveis com a

participação e luta conjunta de toda a comunidade acadêmica (professores e alunos).

É indispensável à participação, não apenas dos professores já integrados ao processo de transformação, mas de todos os que se disponha a trabalhar em conjunto com os estudantes, num processo de aprendizado e respeito mútuo.

O esforço dos professores no sentido de prepararem-se para enfrentar os desafios do novo currículo, encontrará em nós, estudantes, o maior apoio e reconhecimento. Ao mesmo tempo, esperamos encontrar neles a receptividade necessária à nossa participação e contribuição.

Entendemos, porém, que nossa participação nesse processo, até o momento, não é suficientemente ampla, razão pela qual é indispensável, desde hoje, um trabalho decisivo de envolvimento, discussão e organização em cada escola. Somente esse trabalho permitirá a conquista de um curso que garanta a formação do economista que nós queremos e que a sociedade brasileira exige.

Nos últimos anos, o processo de renovação dos cursos de economia vem sendo basicamente articulado pelo Conselho Federal de Economia (COFECON), em conjunto com as entidades regionais dos economistas, o que permitiu uma adequada definição de objetivos e um grande avanço nessa luta.

O movimento estudantil tem uma tradição histórica de reivindicação e luta pela melhoria do nível de ensino, mesmo reconhecendo a relativa debilidade dos últimos anos.

Nesse momento especial por que passa o ensino de economia, propomos uma ampliação dessa luta, em conjunto com as entidades profissionais comprometidas com a melhoria do ensino.

Teresina (PI), 22 a 26 de julho de 1985.

Cursos de Economia mostram produção

UFPI

PROJETO SEXTA-BÁSICA

O Projeto Sexta Básica – Debates Necessários para Entender Economia, que teve seu início em 2002, visa possibilitar aos discentes do Curso de Economia e todos aqueles interessados em temas econômicos, uma melhor compreensão acerca da conjuntura econômica estadual, nacional e mundial: bem como promover a cultura do debate, amplo e sistemático, como espaço de fortalecimento da reflexão e do agir no Curso e na sociedade.

Nos anos de 2002 e 2003, o projeto foi coordenado pelo seu idealizador – o prof. Solimar Oliveira Lima, Doutor em História pela PUCRS. Atualmente, a profa. M^a do Socorro Lira Monteiro, Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente-UNICAMP, é responsável pelo desenvolvimento do projeto que segue adiante assumindo objetivos que a Associação Nacional dos Cursos de Graduação em Economia - ANGE possui: o de assegurar o debate da Ciência Econômica procurando favorecer o entendimento sobre as conseqüências que as políticas econômicas possuem na vida de cada cidadão e buscando despertar o necessário e urgente senso ético de responsabilidade social.

Os debates que o Projeto realizou foram os seguintes:

A Crise Argentina e o Reflexo na Economia Brasileira - Samuel Costa Filho - UFPI.

Globalização, Especulação e Perspectivas Econômicas - Reinaldo Carcanholo – Universidade Federal do Espírito Santo.

A Inserção Subordinada da Economia

Brasileira na Nova Ordem Econômica Mundial - Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas - UFPI.

A Especulação Fundiária e a Produção nos Cerrados Piauienses - Maria do Socorro Lira Monteiro - UFPI.

Empregabilidade Passado Imperfeito....Caminhando Para o Futuro - Francisco José Soares Teixeira - Universidade Estadual do Ceará - UNIFOR

Fome Zero Assistencialismo Ou Inclusão Rosângela Maria Sobrinho Sousa -UFPI.

Governo Lula e os Dilemas Neoliberais - Plínio Arruda Sampaio Jr. UNICAMP.

Perspectivas de Desenvolvimento Econômico do Piauí - Felipe Mendes - UFPI.

A Questão Agrária Ontem e Hoje - Dom Tomás Balduino.

Economista e o Mercado de Trabalho - Professores - DECON e egressos do curso de Economia da UFPI.

Vulnerabilidade da Política Econômica Brasileira -Marcelo Carcanholo - Universidade Federal de Uberlândia.

Água Doce no Brasil: Razões de uma Nova Política - Maria Elizabeth Duarte Silvestre - UFPI.

Mesa Redonda: Desafios da Economia Piauiense - Felipe Mendes - DECON-UFPI, Elizângela Cardoso - Departamento de História - UFPI, Washington Bonfin - Departamento de Ciências Social-UFPI.

Economia Solidária: Significado e inferência a partir do quadro empírico do Ceará - Aécio Alves de Oliveira - Universidade Federal do Ceará.

PARCERIAS

As parcerias que o Projeto Sexta - Básica firmou, possibilitou a presença dos palestrantes:



Dom Tomás Balduino - parceria com a Comissão Pastoral da Terra - CPT. Outubro-2003



Plínio Arruda Sampaio Jr. - parceria com o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra - MST. Maio-2003



Marcelo Carcanholo - parceria com o Sindicato dos Bancários. Maio-2004.



Aécio Alves de Oliveira - parceria com o Sindicato dos Bancários. Novembro-2004.

TEXTOS DE DISCUSSÃO ISSN 1678-1988

Os Textos de Discussão são cadernos lançados nos debates realizados pelo Projeto Sexta Básica objetivando o aprofundamento do conhecimento acerca dos temas abordados. Foram lançados os seguintes textos:

1) A Hipótese da Instabilidade Financeira diante do Capitalismo Globalizado.

Samuel Costa Filho.

2) O Capital Especulativo Parasitário: Uma Precisão Teórica sobre o Capital Financeiro, Característico da Globalização.

Reinaldo Antonio Carcanholo e Paulo Nakatani.

3) Empregabilidade: Passado Imperfeito...Caminhando para o futuro.

Francisco José Soares Teixeira.

4) Adeus, Einstein - Elaboração de Monografias de Pesquisas de Iniciação Científica.

Solimar Oliveira Lima.

5) A Atualidade de uma Proposta Nacional Social Desenvolvimentista.

Samuel Costa Filho.

6) A Dança Imóvel e os Impasses da Transição.

Plínio Arruda Sampaio Jr.

7) A Questão Agrária: Ontem e Hoje
Dom Tomás Balduino

8) A Ortodoxia Neo-companheira: Vulnerabilidade Externa, Política Econômica e Determinação dos Fluxos de Capitais.

Juan Pablo Painera Paschoa e Marcelo Dias Carcanholo.

9) Economia Solidária: Significado e Inferência a partir do Quadro Empírico do Ceará.

Aécio Alves de Oliveira.

Cursos de Economia mostram produção

UFES

por Diogo Franco Magalhães¹,
Felipe Cunha Salles² e Daniel do
Valle Pretti²

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Conjuntura foi criado em agosto de 1997, no Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. Idealizado e coordenado desde o início pelos professores Paulo Nakatani e Fabrício Augusto de Oliveira, o grupo se propõe a analisar a conjuntura econômica brasileira de forma crítica, relacionando-a com o cenário mundial, ao mesmo tempo em que realiza estudos sobre o Espírito Santo. A idéia é a de que os estudantes de economia desta Universidade tenham a oportunidade de exercitar seu senso crítico perante a realidade, utilizando-se de dados empíricos e, como resultado, elaborando um boletim que é publicado trimestralmente, em versões impressa e eletrônica, sobre os principais indicadores econômicos.

Para melhor atender ao objetivo principal a que se propõe, qual seja, o de possibilitar uma formação mais plural e completa para os alunos de graduação, o boletim publicado pelo Grupo de Estudos é inicialmente de autoria dos próprios alunos, sendo posteriormente revisado pelo professor coordenador, bem como por outros professores colaboradores. Essa é uma experiência bastante singular no Brasil já que na maioria das publicações similares a participação de alunos fica restrita a apenas uma parte inicial da pesquisa, o trabalho de desenvolvimento, análise e

elaboração do texto fica a cargo dos professores pesquisadores.

Com essa forma peculiar de trabalho, o Grupo de Estudos exige dos alunos, desde seu primeiro contato com os dados que selecionam, um esforço crítico no intuito de tentar relacionar a teoria estudada no curso de graduação com as tendências apresentadas pelos vários agregados econômicos. Nesse ponto, a leitura pormenorizada de textos jornalísticos apresenta um caráter enriquecedor, pois o aluno confronta as opiniões tradicionais com outras análises, tendo a possibilidade de compreender a importância de uma formação plural exigida pela profissão do economista. Dessa forma, o boletim se diferencia ideologicamente da grande mídia, que divulga determinadas interpretações em detrimento de outras.

Após a formulação de uma primeira versão do texto, ele é repassado aos coordenadores dos diferentes grupos que compõem o boletim. A estrutura do boletim obedece a uma divisão convencional. Assim, ele é dividido em seis grupos: Inflação, Setor externo, Empregos e salários, Política fiscal, Política monetária e Nível de atividade. O texto é analisado pelos coordenadores e correções e sugestões são enviadas aos alunos dos diferentes grupos, para nova etapa de discussão, após a qual será confeccionada a versão final do

boletim. Além do trabalho desses grupos, o boletim ainda conta com uma apresentação escrita pelo coordenador do grupo, que aborda os principais acontecimentos econômicos e políticos do período analisado e uma apreciação geral da política econômica, escrita pelo professor Fabrício Augusto de Oliveira.

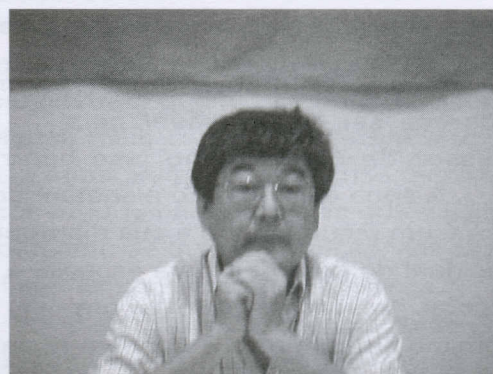
Obviamente um trabalho como esse exige ainda um esforço para evitar que os alunos fiquem demasiadamente especializados nos assuntos grupos dos quais fazem parte quando da elaboração do boletim, uma vez que esta divisão em grupo é efetuada somente por questões operacionais. Para tanto, as reuniões semanais promovidas pelo Grupo de Estudos em Conjuntura é de fundamental importância, pois nelas a conjuntura econômica é tratada em sua totalidade, além disso, as dificuldades encontradas por cada grupo são expostas e discutem-se alternativas para as mesmas. Nessas reuniões ocorrem também apresentações dos dados divulgados periodicamente pelos principais institutos de pesquisa e organismos governamentais, com o intuito de que o aluno possa compreender a economia como um processo contínuo, repleto de inter-relações importantíssimas para uma compreensão mais apurada da conjuntura econômica.

Além disso, ocorrem reuniões de trabalho com os grupos em separado, presididas pelo coordenador de cada grupo, com o intuito de aprofundar a análise feita a cada boletim. Essas reuniões têm ainda o papel de evitar descontinuidades no aprendizado que ocorrem sempre que um grande número de alunos sai do Grupo de Estudos em Conjuntura, principalmente quando os integrantes terminam seus cursos de Graduação, ou quando outras

atividades — profissionais, principalmente — demandam uma quantidade de tempo que inviabiliza ao estudante compatibilizar-se com as exigências do Grupo. A rotatividade dos componentes é, portanto, um elemento contínuo no grupo.

Atualmente, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Conjuntura conta com dois bolsistas que desenvolvem estudos em paralelo ao boletim, tendo como tema “A política macroeconômica do governo Lula e seus impactos nas políticas sociais”. Assim, também utilizando o aparato instrumental e teórico do grupo, além de manter o enfoque particular com que são tratados os temas de mesma natureza.

O Grupo de Estudos e Pesquisas em Conjuntura ainda disponibiliza o material de suas publicações em seu endereço eletrônico, <http://conjuntura.cjb.net>, e se coloca à disposição para esclarecimentos sobre o desenvolvimento de suas atividades via seu e-mail, boletim@npd.ufes.br.



Prof. Paulo Nakatani presidiu a primeira mesa de comunicações sobre o Ensino de Economia e as Novas Diretrizes Curriculares no XIX Congresso da ANGE.

(Footnotes)

¹Bolsistas do PET Economia da UFES e participantes do Grupo de Estudos e Pesquisa em Conjuntura.

²Bolsista do CNPQ no PIBIC, Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e participante do Grupo de Estudos e Pesquisas em conjuntura.

Nova lei de recursos hídricos abre espaço para o comércio de água bruta

por Polyana Saraiva¹

O alerta é da professora do curso de economia da Universidade Federal do Piauí, Maria Elisabeth Duarte Silvestre. Segundo a professora, apesar de a Lei ter como princípio que a água é um “bem de domínio público”, a legislação acerca das outorgas pode ensejar a comercialização dos direitos de uso da água bruta. Preocupa que não se discuta amplamente o sentido maior dessa Lei cujos dispositivos estão sendo progressivamente implementados e que a “racionalização no uso da água” por ela prometida seja repetida à exaustão como intrinsecamente positiva. Elisabeth Silvestre questiona a promoção da grande agricultura comercial irrigada como caminho para desenvolver o Nordeste e aponta a sociedade industrial como responsável maior pela escassez. A professora ministrou palestra sobre o tema para os alunos de economia da UFPI no programa *Sexta Básica – debates para entender economia*.

Em sua opinião o desenvolvimento parece ser responsável pela escassez da água. Como isso ocorre?

A água existente no planeta é um dado, é um recurso finito e sua distribuição é desigual do ponto de vista espacial e temporal. A escassez pode ser um fenômeno natural, mas é também social. A falta d'água só é um problema porque, para viver, nos apropriamos desse elemento da *natureza* e essa apropriação é social. A escassez só existe em contraposição às necessidades, que são biológicas e sociais.

E como as sociedades industriais, particularmente sociedades capitalistas como a nossa, se apropriam da *natureza*? O que condiciona nossas *necessidades*? O capitalismo fundamenta-se no individualismo e na concorrência e tem por objetivo maior a busca incessante e

crescente do lucro. O processo de trabalho não visa a atender as necessidades humanas e sim a valorizar o capital. Ocorre que o valor possui uma base material e a riqueza, na sua forma concreta, constitui-se de valores de uso, que nada mais são do que *natureza* transformada pela força de trabalho. Conseqüentemente, o que costumamos chamar de desenvolvimento implica transformação progressiva e crescente do mundo material. E mais: o desenvolvimento cria os meios técnicos que permitem esta acelerada transformação. O resultado é o esgotamento dos recursos naturais, a produção de lixo e de poluição em escala também crescente. O rio Colorado é tão solicitado em seu longo percurso pelos Estados Unidos que chega ao mar quase sem força. Em 1972, pela primeira vez, o rio Amarelo, na China, não

atingiu o mar; isso aconteceu por 15 dias. Nos anos seguintes, esses períodos tornaram-se cada vez mais longos; em 1997, o rio não chegou ao mar por 226 dias. Esses são exemplos de desenvolvimento a serem seguidos?

O consumo de água no mundo tem sido excessivo?

Isso mesmo. Excessivo frente à quantidade de água existente e a sua capacidade de renovação. E não é apenas a extração de água dos mananciais que leva a escassez e à perda de biodiversidade; a poluição também.

• Quem mais consome água?

Em termos setoriais é a agricultura. Ela extrai cerca de 69% dos recursos hídricos no mundo; a indústria, mais ou menos 23%, e o consumo doméstico, apenas 8%. Mas é o sistema industrial que está na base do aumento do uso da água. Ele promoveu a urbanização, a elevação do consumo domiciliar e agro-pastoril; é a agricultura moderna, irrigada e integrada à indústria que extrai toda essa água. Direta ou indiretamente, é a indústria a maior responsável pela poluição dos corpos hídricos. Se o consumo doméstico é tão pequeno, por que tanto carnaval com a torneira aberta? Outro dia a TV noticiou que uma conhecida ONG promoveu uma viagem de balão para levantar e estudar a qualidade do rio Paraíba do Sul. Depois da reportagem constatar a precariedade das condições do rio, encravado numa das regiões mais industrializadas e populosas do Brasil, a mensagem do ambientalista em rede nacional foi: se cada um de nós soubesse o quanto é importante diminuir 1 minuto de tempo no banho... Longe de mim fazer apologia do desperdício! Sou extremamente cuidadosa e no cotidiano procuro mostrar que não se deve gastar água inutilmente. Mas por que fugir da questão central? Por quê sistematicamente se insiste em não apontar os verdadeiros responsáveis pela escassez? Quem, de fato, se apropria da água, da terra, das minas etc? "O que" ou "quem" transforma a natureza em dinheiro?

Mas as pessoas não costumam racionalizar o uso da água em duas residências...

É verdade; e nós, brasileiros, no geral, somos perdulários. Esse comportamento está ligado à existência da água enquanto matéria em menor ou maior quantidade e a fatores econômicos, sociais, políticos e culturais. Um francês utiliza, em média, 547 metros cúbicos de água por ano; um canadense, 1.623 m; um americano, 1.840 m, e um senegalês, apenas 151 m! Israelitas utilizam quatro vezes mais água que palestinos [aliás, proibidos de perfurar poços na Cisjordânia sem a autorização das autoridades militares israelenses desde a Guerra dos Seis Dias (1967)]. Na Zona Sul do Rio de Janeiro, a oferta média de água é de 600 litros/hab./dia e na Baixada Fluminense de apenas 80 litros. Cerca de 1 bilhão e 400 milhões de pessoas no mundo não têm acesso à água tratada; 300 milhões morrem anualmente de doenças ligadas à contaminação hídrica. No Brasil, é no Norte e no Nordeste onde estão os maiores percentuais de domicílios fora da rede geral de abastecimento. Os 5% mais ricos do mundo consomem 86% de todos os bens e serviços produzidos, e os 5% mais pobres, pouco mais que 1%. Esses dados mostram quem, do ponto de vista individual, mais *consome a natureza e*, claro, a água. Por outro lado, não deixam vez aos argumentos daqueles que partem do postulado de que a produção visa a satisfazer às necessidades humanas.

Você demonstra preocupação com a irrigação no Nordeste. Por quê?

Como eu disse, a moderna agricultura é a maior consumidora mundial de água. Em 1998 o Brasil irrigava menos de 10% de seus 29 milhões de hectares potencialmente irrigáveis. É pouco, dizem; há muito o que crescer. É verdade. Mas esse pequeno percentual de área irrigada representava 63% de toda demanda de água! Essa é a questão central se estamos realmente preocupados com a escassez. Em 1998, cerca de 17% do total irrigado estava no Nordeste, mas algumas coisas precisam

ser observadas: o Nordeste usa cerca de 45% de seu potencial irrigável. Esse é o maior índice do País; é aqui que essa prática mais vem crescendo. Possuímos apenas 3% das águas superficiais brasileiras e 67% delas estão no São Francisco, já intensamente utilizado; nas regiões tropicais secas, a exigência de água na irrigação é muito grande. Como não perceber a contradição que representa promover o desenvolvimento da região mais carente em água através da atividade que mais a consome? É certo que o Brasil precisa de dólares, mas será razoável o semi-árido nordestino exportar água na forma de uva, manga etc? Será esse o caminho da tão propalada integração competitiva no mercado global? Na bacia sedimentar do Maranhão (Parnaíba), temos o terceiro maior aquífero subterrâneo do país. É claro que devemos utilizá-lo, mas é preciso lembrar que as águas subterrâneas integram-se às de superfície e as águas fósseis são exauríveis se utilizadas no ritmo exigido pela grande produção. São muitos os exemplos mundiais de rebaixamento e contaminação do lençol freático pela extração excessiva, inclusive em países desenvolvidos onde, supostamente, impera a *racionalidade* na exploração dos recursos hídricos. Há bacias de afluentes do São Francisco em que os pequenos agricultores e a população em geral passaram a sofrer falta d'água com a chegada dos grandes irrigantes. Aliás, apesar das bombas potentes e dos poços profundos a água já começa a escassear também para os grandes produtores. O Nordeste é a região de menor potencial hídrico do Brasil e é populoso: segundo o último Censo Demográfico, em 2000 abrigava cerca de 28% da população brasileira. Aqueles que se preocupam verdadeiramente com o futuro da maioria dos brasileiros e entendem o acesso à água como direito à própria vida não podem se deixar encantar pela elevada produtividade da fruticultura irrigada no semi-árido. É preciso lembrar que apenas dentro de certos limites a água é um recurso renovável. O problema é que,

ao contrário do Código de Águas de 1934, a Lei 9.433 só prioriza o consumo humano em caso de escassez. Por outro lado, como a lei é bastante geral seu verdadeiro alcance só será entendido levando-se em conta os caminhos que estão sendo traçados para o país. Aqueles que apontam como grande saída para o Nordeste a exportação de frutas e grãos não se cansam de falar em *desenvolvimento sustentável* – o que será que querem dizer com isso?

De acordo com a Lei de Recursos Hídricos a água é um “bem de domínio público”. É possível o comércio desse tipo de bem?

Em primeiro lugar, é preciso ressaltar que a Lei 9.433 de 08/01/1997 modifica a forma de apropriação e uso de um elemento da *natureza* essencial à vida e à produção que tende a se tornar escasso. Portanto, sua importância política e econômica é imensa. Exceção feita às águas pluviais, no Brasil não existem mais águas particulares; toda água é de “domínio público” ou “uso comum”. Significa dizer que a natureza jurídica da água não é pública nem privada, é “difusa”, e que sua titularidade repousa no próprio povo. Como bem de “domínio público” a água não pode ser incorporada ao patrimônio privado de qualquer pessoa física ou jurídica, e a Lei é clara ao declarar que as águas são inalienáveis. Em segundo lugar que o uso da água estará sujeito à outorga, isto é, condicionado à obtenção de um direito de uso. Ao comprar uma terra, não se adquire automaticamente o direito de utilizar suas águas, salvo em casos insignificantes. Em terceiro que, oficialmente, a água no Brasil não é mais um bem livre, cujo acesso é gratuito, e sim um bem econômico, isto é, que possui preço.

A inexistência de direito de propriedade real sobre a água impossibilita que os direitos de uso sejam registrados como patrimônio do concessionário, sejam penhoráveis e hereditários; a água não poderá ser vendida como ocorre com a terra, quer dizer, não haverá compra e venda de títulos de propriedade de mananciais

hídricos. O pagamento pelo uso da água pode ser assimilado a uma renda, tal como a renda da terra que conhecemos e deverá, em princípio, ser aplicado prioritariamente na bacia em que foi arrecadada. Mas como a Lei não proíbe ou disciplina as transferências de direitos entre outorgados, abre espaço para o comércio da água bruta. Como eu disse, não se trata de comprar e vender títulos de propriedade de mananciais e sim de "direitos de uso". Esta possibilidade dependerá da legislação referente à outorga, que obedece à lei federal no caso das águas sob domínio da União e à lei estadual no caso dos mananciais sob domínio dos estados. Isto significa que parte dessa *renda da água* poderá ser apropriada por concessionários desse bem de domínio público independentemente do uso que dela possam fazer. Mas é bom que se diga que a Lei 9.433 prevê a suspensão da outorga caso o concessionário não faça uso de seus direitos por três anos consecutivos, o que, de certa forma, impõe limites ao mercado, ou melhor, à especulação com a água tal como se especula com a terra, ou com a própria água, como deputados brasileiros constataram ocorrer no Chile.

Qual é o preço da água? Como ele se estabelece?

Tratar a água como um bem econômico é uma tendência mundial que se amolda perfeitamente à crescente escassez, à apropriação do ambientalismo pelos governos, pelas instituições internacionais e pelo capital. Adequa-se também ao questionamento do Estado interventor e provedor de serviços essenciais à vida. Segundo os pressupostos da economia neoclássica, nos quais se assenta a cobrança pelo uso da água bruta, bem econômico é aquele que, por ser escasso, é incapaz de atender a uma demanda ilimitada e essa raridade lhe confere preço. Quanto mais raro um bem, maior deve ser o seu preço. Partindo do princípio de que os homens são racionais e agem visando a maximizar ganhos individuais, argumentam que se a água for gratuita ou seu preço

subsidiado, os indivíduos não irão alocá-lo eficientemente. Pagar pela água um preço que exprima seu *verdadeiro valor*, ou seja, sua raridade, irá fazê-los utilizá-la racionalmente, escolhendo atividades mais rentáveis e evitando desperdícios. Ao pagar pela água, o agricultor irá optar por cultivos que têm maior valor no mercado, abandonar sistemas de irrigação antigos e optar por outros mais modernos e mais eficientes, que economizem água etc. Se as empresas de captação e tratamento d'água pagam pela água que extraem dos mananciais, seus custos aumentam e a água chegará mais cara em nossas casas; com isto fecharemos a torneira ao escovar os dentes, demoraremos menos no banho etc. Resumidamente, esse é o princípio que justifica a cobrança pelo uso da água: promover seu uso *racional* e, assim, a própria conservação. Duas questões devem ser colocadas: esta proposição reforça o individualismo, grande responsável pela crise ambiental; aos bens econômicos têm acesso àqueles que podem por eles pagar e a água, elemento essencial à vida, é um direito de todos. E como saber o *verdadeiro valor* da água? Como descobrir o seu preço? Haveria basicamente dois caminhos: o primeiro é a formação de um mercado no qual são transacionados mais ou menos livremente títulos de direito de uso e os preços são formados pela lei da oferta e da procura. O Chile, primeiro país da América Latina a *modernizar* sua legislação hídrica e, único no mundo, a possuir um mercado nacional de águas, optou por esse caminho. Atenção: isto acontece sem que a água tenha deixado de ser um "bem nacional". A segunda via foi a escolhida pelo legislador brasileiro: a negociação e fixação de preços. A negociação poderá ter por base simulações nas quais se busca descobrir qual o maior preço que o consumidor estaria disposto a pagar. Esta saída em geral é proposta por aqueles que consideram impróprio privatizar bens ambientais ou essenciais e insubstituíveis; pelos que percebem a grande rejeição a reformas que, sem qualquer disfarce,

transformem a água em uma mercadoria como outra qualquer; daqueles que avaliam que a montagem de instrumentos materiais e institucionais para a formação do mercado é mais onerosa e, finalmente, dos que vêem esta via como um "passo inicial" rumo ao mercado porque este sim, seria o mais eficiente alocador de recursos (intenção clara em alguns textos do Banco Mundial ou se seus funcionários).

A cobrança pelo uso da água não é positiva já que os recursos poderão ser investidos na recuperação dos mananciais?

É claro que a perspectiva de recuperar mananciais e executar obras que previnam enchentes ou secas é positiva. Mas vamos voltar ao ponto central: quais as forças que se serviram e se servem do desenvolvimento que levou à degradação dos recursos hídricos? Por que precisamos buscar água a longas distâncias, executar grandiosas obras de infra-estrutura para evitar sinistros e gastar cada vez mais com o tratamento da água? Enfim, a quem cabe a responsabilidade pela crise ambiental e hídrica, não só no Brasil, mas no mundo? E mais... quem, de fato, ganhará com a recuperação desses mananciais? O capital precisa ter a base material da produção que ele destruiu recuperada e o mecanismo da cobrança pelo uso da água é uma forma de transferir estes custos para a sociedade. Por outro lado, a cobrança não apenas mobilizará uma imensa massa de recursos como, ao ser implementada abrirá novos e promissores mercados. Imagine os lucros que envolverão a montagem e o gerenciamento dos sistemas necessários à plena implantação das outorgas, a pesquisa e o monitoramento das informações que alimentarão os bancos de dados, a modernização dos sistemas de irrigação, a substituição e revisão das redes de abastecimento urbano, a recuperação dos mananciais degradados etc. O que está em jogo não é apenas o comércio da água bruta e da água engarrafada (águas canadense e francesa encontram-se em disposição de uns poucos nos supermercados de

Teresina), mas, também, centenas de outros serviços ligados ao abastecimento. Do mesmo modo que os problemas, as soluções encontradas para enfrentá-los são parte de um contexto no qual tecnologia, relações sócio-econômicas, padrões culturais e estruturas de poder imbrincam-se às condições *naturais*. Por exemplo: quem, de fato, irá se beneficiar com grandes obras hídricas como a transposição das águas do São Francisco, Tocantins e tantas outras que estão em pauta? Com isso quero dizer que as políticas públicas, a Lei 9.433 e seus instrumentos só podem ser compreendidos a partir dos rumos que estão sendo traçados no País.

De que modo a ALCA pode interferir em nosso meio ambiente?

Vamos falar da Zona de Livre Comércio da América do Norte, o NAFTA, que é uma realidade e na qual se inspira a ALCA e tomar como exemplo a água, insubstituível e essencial ao meio ambiente e à vida. A definição de "bem" da NAFTA baseia-se no GATT e inclui todo tipo de água doce, até mesmo as aéreas! Seu capítulo que regula o comércio e os investimentos em serviços e o que trata dos direitos dos investidores incluem aqueles ligados à água. Isso significa que a água torna-se um bem comercial, um serviço e um investimento. Os países signatários deste acordo devem conceder o mesmo tratamento a todos os capitais, independentemente de sua origem, e, uma vez iniciada a exportação de um bem ou serviço de um país membro para outro, este fluxo não pode ser interrompido ou limitado por leis locais. Caso uma empresa que tenha sua sede social em um dos países signatários considere não estar recebendo o mesmo tratamento dos capitais nacionais ou se sinta prejudicada em seus ganhos futuros devido à legislação local, ela pode solicitar judicialmente uma indenização. Veja bem: as empresas só podem questionar os países nos quais não tenham sua sede social. Esse dispositivo, na prática, impede políticas ambientais independentes. Tenho informações de que

são muitos os questionamentos da legislação referente ao meio ambiente e à saúde nos países do NATA, e uma delas envolve uma empresa americana que exportava água a granel do Canadá. Suponhamos que a ALCA aprove dispositivos semelhantes e que, no futuro, nosso País comece a exportar água da Amazônia. Se, por razões ambientais ou para atender as necessidades de outras regiões, o Brasil suspender ou limitar esse negócio, estará sujeito a indenizar as empresas estrangeiras envolvidas. Esta perspectiva é absurda? Não! A exportação da água bruta já é uma realidade no mundo e é uma prática incentivada pelo Banco Mundial (que tem tido influência decisiva nas reformas hídricas realizadas em inúmeros países). A Lei 9.433 não impede esse tipo de comércio e ao separar o direito de propriedade da terra do direito de uso da água, que deve ser comprado através de outorga, facilita esse caminho. Dizem que a água tende a se tornar uma grande *commodity* neste século e que o Brasil é um dos países que mais tem água para vender. Isso significa que somos competitivos no ramo? Volto a lembrar: não se pode pensar na Lei 9.433 desligada da política macroeconômica e da forma como o país se integra na economia mundial. Tão ou mais importante que a ALCA são os acordos patrocinados pela OMC, sobre os quais pouco sabemos. Essa organização visa eliminar a toda e qualquer barreira comercial entre os países e tem poder de punir aqueles que julga não cumprir suas regras. Seus acordos abrangem uma série de serviços hídricos e a inclusão da água como um serviço ambiental está em discussão. A ALCA e a OMC apontam para o desenvolvimento do comércio mundial e, portanto, da produção. Isso implica em aumento do uso da água, mas, sabemos que não garante o acesso da grande maioria da população mundial sequer aos bens essenciais.

(Footnotes)

¹Polyana Saraiva é jornalista e estudante do Curso de Economia da UFPI.

Sessão de leitura sobre as idéias de Celso Furtado

por João Soares da Silva Filho¹

Aos 84 anos e deixando um memorável legado, o imortal Celso Furtado despediu-se em 20 de novembro de 2004. Um dos mais importantes intelectuais brasileiros da segunda metade do século XX, Furtado é lembrado pela vastidão e profundidade de sua obra, que contribuiu para desnudar a história econômica do Brasil e esclarecer os processos de desenvolvimento de economias subdesenvolvidas em redor do mundo. Furtado conseguiu, ao longo de sua vida, ser um arguto observador da realidade mundial, um pensador com coesão e profundidade e um ativo interventor nas frentes política e acadêmica.

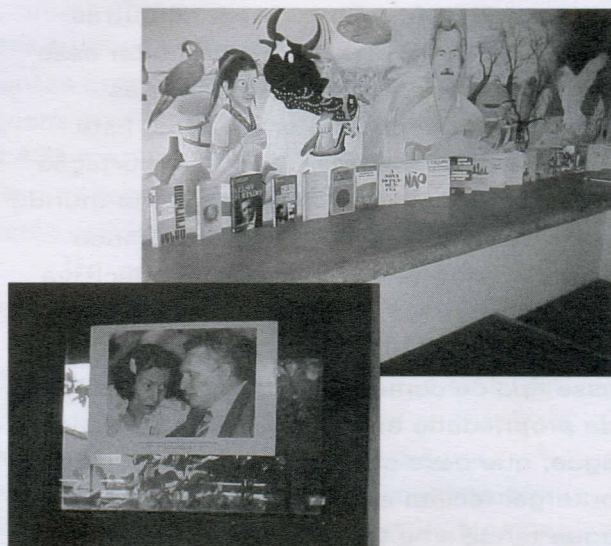
Para homenageá-lo e trazer aos estudantes da Universidade Federal do Piauí um pouco da densidade desse grande teórico do desenvolvimento, é que o Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI/TROPEN), o Departamento de Ciências Econômicas, a Coordenação do Curso de Economia e o Centro Acadêmico de Economia promoveram em 03/12/2004 uma Sessão

de Leitura sobre as idéias de Celso Furtado. Na ocasião, professores, economistas e estudos de economia puderam resgatar diversos aspectos da sua vida e obra. O evento fez-se acompanhar de uma mostra com várias imagens que retratavam sua trajetória pessoal, acadêmica e política; da exposição de alguns de seus livros e exibição do trecho de uma entrevista concedida em 1997 ao programa Conexão Roberto D'Ávila, na rede Educativa.

A mestrandia do TROPEN, Aracy Alves percorreu sobre vários eventos que marcaram a marcha de Furtado, desde o seu nascimento na pequena Pombal-PB, em 1920, até a proposição do seu nome para o prêmio Nobel de Economia, no ano de 2003. O autor desse artigo apresentou a repercussão e abrangência da obra desse grande Mestre em todo o mundo, influenciando toda uma geração de economistas brasileiros e estrangeiros. A professora M^a Elizabeth Duarte Silveira discutiu o projeto de desenvolvimento para o Nordeste, construído por Furtado em idos dos anos de 1950. O professor Felipe Mendes revelou eventos marcantes da atuação política de Furtado. A formulação de uma teoria de desenvolvimento percebida na rica produção literária de Furtado foi trazida pela professora Jaíra Alcobaca enquanto a professora Socorro Lira apresentou as correntes de pensamento e autores que influenciaram a sua formação e maturidade teórica. O aluno Luciano percorreu sobre a crítica que Furtado fazia às elucubrações clássicas de desenvolvimento, enfatizando a análise sobre a teoria schumpeteriana. A pesquisadora Fátima Vieira expôs a relevância de Furtado na formação e consolidação do pensamento cepalino e finalmente os professores Luiz Carlos Rodrigues Cruz Puscas, Antônio Carlos Andrade e Samuel Costa Filho deram seus depoimentos indicando a importância de Furtado em suas formação pessoais, bem como de toda uma geração de cientistas

sociais nas últimas décadas.

Concluindo as homenagens, o Centro Acadêmico de Economia passou a ser denominado Centro Acadêmico Celso Furtado, evidenciando nas paredes da UFPI o que já se incorporou na história do curso de Ciências Econômicas, a presença constante de um dos maiores economistas brasileiros.



(Footnotes)

¹João Soares da Silva Filho – economista, Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA/UFPI/TROPEN). Participou na organização do evento.

Expediente:

INFORME ECONÔMICO

Ano 9 - Nº 17 - Novembro / Dezembro 2004 / Janeiro 2005

Reitor: Prof. Luiz de Sousa Santos Junior

Diretor CCHL: Prof. Antonio Fonseca Neto

Chefe de Departamento: Prof. Edson José de Castro Lima

Coordenador do Curso de Ciências Econômicas:

Prof. Luiz Carlos Rodrigues Cruz "Puscas"

Coordenação: Economista Enoisa Veras

Conselho Editorial: Prof. Antonio Carlos de Andrade

/ Prof. Maria do Socorro Lira Monteriro / Prof.

Samuel Costa Filho

Projeto Gráfico: MHeN Comunicação e Marketing

Jornalista Responsável: Neulza Bangoim

Tiragem: 1.000 exemplares

Impressão: GRAFISSET

Distribuição Gratuita

Endereço para Correspondência:

Universidade Federal do Piauí - CCHL -

Campus Ininga - Teresina-PI

CEP.:64.049-550 Fone: 86 215-5788 / 5789 / 5790

Fax.: 86 215-5697

Site: www.ufpi.br/economia

O novo projeto gráfico é um patrocínio da
UFPI e CORECON